

III – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES MACROECONÓMICOS

3.1. – Considerações Gerais

A Lei n.º 4/2005, de 22 de Junho, que aprova o Orçamento do Estado para 2005, estabelece, no seu preâmbulo, que aquele “visa garantir a prossecução da política económica e social do Governo, de modo a proporcionar um ambiente favorável ao crescimento económico num quadro de estabilidade macro-económica e a implementação de uma política fiscal sustentável que permita a elevação da qualidade de vida da população”.

No presente capítulo é analisada a evolução da arrecadação das receitas, bem como a execução das despesas, face ao Produto Interno Bruto (PIB) e em termos reais, no período de 2000-2005, apresentando-se, igualmente, o resultado de cada exercício.

3.2. - Evolução da Receita Face ao PIB

O PIB cresceu, no período dos seis anos em análise, a taxas anuais que variaram entre 33,6%, a mais elevada, em 2003, e 11,4%, a menor, em 2005, conforme se pode observar no Quadro n.º III.1. Em 2000 e 2004, as taxas de crescimento foram de 15,3% e 20,7%, respectivamente.

A receita total elevou a sua participação no PIB de 11,6% em 2004 para 13,7% em 2005. Este incremento foi devido ao aumento na participação das Receitas de Capital e das Receitas Não Fiscais.

Como se observa no Quadro n.º III.1, a participação da receita corrente no PIB, que em 2000 e 2001 fora de 12,6% e 12,4%, respectivamente, passou para 13,3% em 2002, registando, no ano seguinte, o nível de 12,8% e, em 2004, o valor de 11,6%. No exercício em análise, teve um incremento de 1,3 pontos percentuais face ao exercício de 2004, passando para 12,9%.

Relativamente a este indicador, o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) fixou como metas os níveis de 15% para 2005 e 17% para 2010. Como se observa, o valor alcançado neste último exercício situa-se aquém do estabelecido, colocando-se a necessidade de desenvolvimento de esforços no sentido de se atingirem os valores definidos naquele plano.

Quanto à estrutura dos impostos, é de referir que ela foi alterada em 2003, com a entrada em vigor dos Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas e Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares. Este ano, foi também o último da liquidação dos Impostos de Contribuição Industrial, do Rendimento do Trabalho e Complementar, registados como Impostos Directos Extintos. O tributo sobre os combustíveis, que foi um imposto até 2002, passou a constituir uma taxa, classificada no grupo de Outros Impostos.

Apresenta-se, a seguir, no Quadro n.º III.1, a Evolução da Receita Interna face ao PIB, no período de 2000 a 2005.

Quadro n.º III.1 - Evolução da Receita Face ao PIB

Da análise, por grupos de impostos, constata-se que a participação, no PIB, dos Impostos Sobre o Rendimento foi de 1,8%, em 2000, atingiu o valor de 2,1%, em 2001, e evoluiu, nos anos seguintes, situando-se, no exercício de 2005, em 2,9%, o nível mais elevado de todo o período considerado.

A participação dos Impostos Sobre Bens e Serviços decresceu de 9,5% em 2000, para 6,7%, em 2004, tendo registado um ligeiro aumento em 2005, passando para 7,3%, devido à transferência, para o grupo de Outros Impostos, da Taxa sobre os Combustíveis.

O grupo de Outros Impostos aumentou a sua participação em quase 2 pontos percentuais em 2003, devido à inclusão, nesta rubrica, da Taxa sobre os Combustíveis. Em 2005, com a implementação da disposição contida no Decreto n.º 56/2003, de 24 de Dezembro, que estabelece a consignação de parte da arrecadação desta taxa, o total cobrado, de 1.798.061 milhões de Meticais, foi desdobrado na parte não consignada, de 569.372 milhões de Meticais, e registada na Taxa sobre os Combustíveis e a diferença, de 1.228.689 milhões de Meticais, contabilizada em Receitas Consignadas. Assim, a participação dos Outros Impostos no PIB, que era de 2,2% em 2003, decresceu para 0,8% em 2005, tendo, o grupo das Receitas Consignadas, aumentado a sua participação para 1%, em 2004 e mantido essa percentagem em 2005.

As receitas internas cresceram de 7.536,4 para 9.470 milhões de contos, de 2000 para 2001, ou seja, a uma taxa nominal de 25,7%, próxima da variação positiva do PIB, que foi de 25,4% no mesmo período. Em 2002, passaram para 11.363,7 milhões de contos, o que significou uma evolução de 20%, taxa de crescimento superior em relação à do PIB, que foi 15,3%. Em 2003 e 2004, o seu aumento foi a taxas inferiores, para em 2005 voltarem a crescer mais que o PIB, 31% versus 11,4%.

3.3. - Evolução da Receita em Termos Reais

No Quadro n.º III.2 é apresentada a evolução global da receita em termos reais, com valores de referência do ano de 2005. As receitas correntes tiveram, em 2001, um crescimento de 12,5%, em 2002 de 6,5% e em 2003 de 13,2%, mas houve, em 2004, um decréscimo de 3%, para, no ano seguinte, voltar a registar-se um crescimento de 16%.

Como foi mencionado anteriormente, no ano de 2003 deixaram de existir alguns impostos, que foram substituídos pelos Impostos Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas e Singulares, enquanto a tributação sobre os Combustíveis, que era um imposto, passou a ser uma taxa, como uma receita consignada, alterando-se o seu posicionamento no Quadro n.º III.2. Assim, não é possível analisar os sub-grupos dentro das Receitas Fiscais, já que as modificações ocorridas nos diversos tributos provocaram taxas de crescimento aparentemente diferenciadas, relativamente aos anos anteriores.

Quadro n.º III.2 – Evolução da Receita em Termos Reais (a preços de 2005)

A arrecadação das Receitas não Fiscais, Receitas Consignadas e Receitas de Capital teve um comportamento oscilante no período dos seis anos em análise, com taxas de aumento e de redução provocadas pela inclusão de algumas receitas, como foi o caso da parte consignada da Taxa sobre os Combustíveis, ou de exclusão de outras, como foi o caso da Alienação do Património do Estado que era apresentado nas Receitas de Capital até 2003, em Outras Receitas Não Fiscais em 2004 e, em 2005, novamente em Receitas de Capital.

Em 2005, os Impostos sobre o Comércio Externo e sobre o Valor Acrescentado tiveram um incremento de 18,2% e 10,9%, respectivamente, revertendo a tendência de diminuição verificada em 2004, relativamente a 2003, que ditou taxas negativas de 11,6% e 5,6%, respectivamente. Desta maneira, pode-se concluir que a diminuição das receitas em 2004, relativamente ao ano de 2003, deveu-se à redução na cobrança daqueles impostos.

3.4. - Evolução da Despesa Face ao PIB

A evolução da despesa, quando relacionada com o PIB, aponta para uma participação anual de 30,2 % em 2005, 24,4%, em 2004, depois de ter sido de 25%, em 2003, de 34,8%, em 2002 e de 33,1%, em 2001, como se constata no quadro seguinte.

Quadro n.º III.3 - Evolução da Despesa Face ao PIB

A proporção da componente corrente em relação ao PIB, no exercício em análise, é de 13,6%, sendo de 13,3%, em 2004 e de 13,4%, em 2003. O valor mais elevado de todo o sexénio de 2000 a 2005 foi registado em 2002, de 15,9%.

Na distribuição pelas distintas despesas da componente corrente, as Despesas com o Pessoal participam em cerca de 50% do total, constituindo, os Bens e Serviços e as Transferências Correntes, a maioria da parte remanescente.

Observa-se, no quadro acima, que a participação no PIB, das Despesas com o Pessoal cresceu de uma maneira constante, no período em apreço, ainda que haja, em 2003 e em 2004, uma inflexão em relação a 2002. Em 2005, essa participação foi de 7%. As outras verbas mantiveram praticamente invariável a sua proporção em relação ao PIB.

A componente de investimento, que em 2000 fora de 13,8%, em 2001 de 14,9% e de 13,3%, em 2002, teve um decréscimo, em 2003, e 2004, de 10,2% e 8,1%, respectivamente. No exercício em análise, esta componente voltou a registar um incremento, tendo passado para 10,5% em relação ao PIB. Relativamente às fontes de financiamento do investimento, a interna representou, no sexénio analisado, aproximadamente 1/3 do total executado.

As Operações Activas tiveram uma participação oscilante no período, pelo facto de também os montantes terem variado significativamente, sendo os maiores os dos anos 2001 e 2002. As Operações Passivas tiveram um comportamento idêntico, com taxas entre 0,5% e 2,1%.

Relativamente ao crescimento nominal anual das despesas, comparativamente ao do PIB, verifica-se que o incremento das despesas foi sempre superior ao do PIB, nos anos de

2001 e 2002, revertendo-se a situação em 2003, com uma taxa negativa para as despesas e uma taxa menor à do PIB em 2004. Em 2005, as despesas continuaram a crescer a uma taxa superior à da evolução do PIB.

3.5. - Evolução da Despesa em Termos Reais

A despesa total, a preços de referência de 2005, cresceu consideravelmente em 2001, à taxa de 32,1%, enquanto em 2002 o aumento foi de apenas 3,9%. Em 2003 houve uma evolução negativa de 15,5%, devido, fundamentalmente, à redução das operações financeiras, tendo sido de 4,8% o crescimento, em 2004. No ano em consideração, 2005, voltou a registar-se um crescimento, desta vez de 15,4%, uma evolução significativa se tomadas em conta as taxas de 2004 e 2003.

A componente de funcionamento cresceu 6,6% em 2004 e 6,1% em 2005, depois de ter decrescido em 2003, a uma taxa negativa de 0,5%, após conhecer taxas positivas de 22,1%, em 2001 e 11,3%, em 2002.

Da análise das diferentes verbas constata-se que algumas cresceram, como as Despesas com o Pessoal, os Bens e Serviços, as Transferências Correntes, as Outras Despesas Correntes, os Exercícios Findos e as Despesas de Capital, enquanto os Encargos da Dívida tiveram uma redução de 3,8% em 2005, taxa, no entanto, inferior à do ano anterior, que foi de 19,6%. Os Subsídios tiveram um decréscimo de 3,2%, em 2004, para registar um crescimento de 8% em 2005.

Quadro n.º III.4 – Evolução da Despesa em Termos Reais (a preços de 2005)

A componente de investimento, que sofreu reduções, de 2002 a 2004, com taxas negativas de crescimento de 11,8% em 2002, 9,8% em 2003 e 14,6% em 2004, teve uma recuperação em 2005, passando para um crescimento de 34,1% em relação ao ano anterior.

Por seu lado, as Operações Financeiras, com altas taxas de crescimento em 2000 a 2002, sofreram uma quebra, em 2003, de 71,1%, para, em 2004, conhecerem um aumento de 130% e apenas 5,8%, em 2005. Verifica-se, ainda, que as Operações Passivas aumentaram de 497,6 milhões de contos em 2000, para 1.537,8 milhões de contos, em 2005, e as Activas de 1.202,9 milhões de contos para 3.062,9 milhões de contos, no mesmo período.

3.6. Análise da Evolução da Receita e Despesa em Termos Reais

No gráfico seguinte são apresentadas as receitas e despesas totais, em valores constantes do ano de 2005, bem como as componentes de funcionamento e de investimento.

De um modo geral, tanto a receita como a despesa cresceram, de maneira acentuada, particularmente no caso da segunda, com a excepção do ano de 2003 em que existe uma quebra.

Caso se mantenha a tendência de crescimento da despesa, ela poderá vir a tornar-se incompatível com o objectivo de redução do défice orçamental, provocando necessidades de financiamento acrescidas que poderão culminar com o aumento da dívida do País.

Da análise da evolução das duas componentes da despesa, funcionamento e de investimento, constata-se que os valores da componente corrente, no sexénio, foram sempre superiores aos do investimento, à excepção dos anos de 2000 e 2001.



Gráfico n.º III.1 – Receitas e Despesas em Termos Reais

3.7. - Determinação do Resultado do Exercício

O Orçamento é constituído por três partes: a receita, a despesa e o financiamento, incluindo este os donativos e os empréstimos.

Como saídas de fundos, estão as despesas de funcionamento e as de investimento, bem como as operações activas e passivas.

O saldo corrente resulta da diferença entre a receita e a despesa corrente e indica a capacidade do Orçamento, na actividade corrente, de gerar fundos para financiar as suas despesas de investimento. Como se constata no quadro seguinte, o saldo corrente tem vindo a sofrer redução ao longo do período, passando a valores negativos.

Quadro n.º III.5 – Resultado do Exercício

O saldo global antes de donativos é igual à diferença entre o saldo corrente e as receitas de capital somadas aos reembolsos de empréstimos e subtraídas das despesas de investimento e das operações activas. Este saldo, que representava 13,9% do PIB em 2000, passou para 19,3% em 2001, 19,5% em 2002, baixando, em 2003, para 11,1%, 10,6%, em 2004 e 12,3% em 2005.

Dado que o saldo global antes de donativos reflecte as necessidades de financiamento e tendo em conta o preconizado pelo PARPA de que “a dependência em relação aos recursos externos será decrescida em 14% do PIB, em 2000, para cerca de 8,5%, em 2010”, a quebra observada em 2004 deverá acentuar-se, com vista a cumprir esses objectivos.

O saldo global após donativos resulta da soma do saldo global antes de donativos com os donativos, tendo o mesmo decrescido entre 2000 e 2002, com taxas de 2,7%, 4,8% e 8,7%, para inverter essa tendência em 2003, representando 1,9% do PIB. Em 2004 e 2005, este indicador apresenta as taxas negativas de 4,4% e 4,6%, respectivamente.

Este saldo após donativos, quando negativo, deve ser coberto pelos empréstimos após deduzida a amortização da dívida externa pública.

É de realçar que nos anos de 2002 e 2004, a diminuição verificada nos donativos teve de ser contrabalançada com o aumento substancial do recurso ao financiamento externo, que representou 7,7% do PIB, em 2002, 5,1%, em 2004 e 5,3%, em 2005.

No crédito interno líquido estão inclusos os empréstimos internos no sistema bancário, corrigidos pela amortização de capital da dívida interna. Em 2004, os empréstimos internos de curto prazo, através da emissão de Bilhetes de Tesouro, foram de 10.130.252 milhões de Meticais, valor parcialmente amortizado nesse ano. A emissão

dos últimos meses de 2004, no valor de 3.700.000 milhões de Meticais, foi resgatada em 2005.

As operações de financiamento interno realizadas em 2005, através da emissão de Bilhetes do Tesouro, totalizaram 14.800.000 milhões de Meticais. Foram pagos juros, no mesmo ano, no valor de 291.649 milhões de Meticais.

Gráfico III.2 - Evolução do Resultado do Exercício

Em 2004, o Saldo Após Donativos voltou a deteriorar-se, pela diminuição dos donativos recebidos, o que provocou uma necessidade acrescida da procura de empréstimos internos e externos. Em 2005, a contratação de créditos externos aumentou, relativamente ao ano anterior, tendo passado de 5,1% do PIB em 2004 para 5,3%, nível só ultrapassado em 2002, que foi de 7,7%.

É de mencionar o facto de que o serviço da dívida atingiu, em 2005, os níveis [anteriores à iniciativa HIPIC \(Highly Indebted Poor Countries\)](#), tendência que pode vir a comprometer as expectativas criadas com a implementação daquela iniciativa.